



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

No final de 2012, o Chefe do Executivo, Chui Sai On, veio à Assembleia Legislativa apresentar as Linhas de Acção Governativa para o ano de 2013, e prometeu que iam ser reabertas, logo no primeiro trimestre desse ano, as candidaturas à habitação económica, a fim de se aferir das respectivas necessidades. Uma fundamentação e uma política verdadeiramente científicas no âmbito da habitação pública. Lamentavelmente, essa política, prometida de forma tão solene pelo Chefe do Executivo, acabou por não ser cumprida por parte do nosso Secretário, que só atrasou o respectivo processo, ou seja, a referida candidatura não foi aberta no primeiro trimestre de 2013, e só nos últimos dez dias desse ano é que se iniciou a candidatura para as fracções económicas com mais de um quarto, tudo por causa da pressão da sociedade.

Depois da suspensão da candidatura à habitação económica em 2005, surgiram em 2013 umas fracções T1, que foram erradamente postas a concurso. Este concurso destinava-se apenas às fracções T1, e os seus resultados não conseguem reflectir, efectivamente, as necessidades da população ao nível da habitação económica. Só no fim de 2013 é que se realizou um concurso para as fracções económicas com mais de um quarto, este sim, é que deve ser considerado como o marco da verdadeira reabertura da candidatura à habitação económica.

As candidaturas à habitação económica estiveram paradas durante oito anos, período em que o mercado imobiliário se desenvolveu bastante. Como o preço dos imóveis é muito elevado, assim como as rendas, os nossos residentes só



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

podem lançar mão das fracções económicas para resolver os seus problemas habitacionais, todavia, durante os referidos oito anos, o Governo suspendeu completamente o seu plano de habitação económica. Entretanto, na candidatura realizada no final do ano passado, foram postas a concurso pouco mais de 1 900 habitações económicas, mas mesmo assim, foram apresentados mais de 42 mil pedidos, o que aliás não é de estanhar, isso já se calculava. Trata-se de um número absolutamente razoável, na medida em que as necessidades ao nível da habitação económica se têm vindo a acumular desde a suspensão das respectivas candidaturas há oito anos.

Perante estes 42 mil pedidos, é óbvio que as pouco mais de 1 900 fracções económicas não chegam para todos. De que medidas eficazes é que o Governo dispõe para fazer face a esta situação? Trata-se de uma questão de grande interesse para os nossos residentes.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Como as candidaturas à habitação económica estiveram paradas durante oito anos, as necessidades foram-se acumulando. No último concurso, os serviços competentes receberam cerca de 42 mil pedidos, e mesmo que alguns venham a ser retirados da lista por não reunirem os requisitos legais, o número de candidatos continuará a ser elevado, ou seja, poderá ser dez vezes maior do que 1 900, ou seja, o número de fracções disponíveis. Perante esta enorme diferença, o Governo deve aumentar o número de fracções a concurso, com vista a que todos consigam uma casa e a evitar a insatisfação da população. De que medidas dispõe para o efeito?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2. No final de 2012, o Chefe do Executivo afirmou, solenemente, que iam ser reabertas as candidaturas à habitação económica, a fim de se aferir das reais necessidades e de se proceder à planificação da sua construção. Embora o dirigente responsável não tenha cumprido com rigor esta promessa do Chefe do Executivo e a reabertura das candidaturas se tenha atrasado um ano, o número de pedidos recebidos já demonstra claramente quais são as reais necessidades. Então, tendo em conta as necessidades da população, como é que o Governo da RAEM vai proceder à planificação da respectiva construção?
3. Segundo os dirigentes do Interior da China, Macau só pode manter a estabilidade social quando o nosso Governo conseguir resolver os problemas de habitação. E se existirem falhas na política de habitação, a paz social poderá ser negativamente afectada e a concretização do princípio “um país, dois sistemas” poderá ser impedida. O Governo da RAEM deve dar mais importância à habitação, com vista à sua planificação e à resolução dos problemas que lhe são inerentes. O Governo vai fazer isso?

27 de Março de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Au Kam San